

Inclui-se:

SOLDADO 3ª CLASSE HOMEM - ITUMBIARA - AMPLA CONCORRÊNCIA: 436480; MARCUS VINICIUS XAVIER PEREIRA NUNES 63,00; 52:00; 11,00; 7,00; 70,00; APTO; APTO; APTO; APTO; 26ª

SOLDADO 3ª CLASSE HOMEM - POSSE- AMPLA CONCORRÊNCIA: 594630; WELERSON JOSÉ DO CARMO 58,00; 50:00; 8,00; 6,00; 64,00; APTO; APTO; APTO; APTO; 38ª

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA
Secretário de Estado da Administração

Protocolo 331758

Edital

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERURA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 006/2022

O Secretário de Estado da Administração de Goiás - SEAD, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste termo e demais normas pertinentes à matéria, TORNA PÚBLICO o Primeiro Termo de Retificação do Edital de Abertura nº 006/2022, conforme segue:

Art. 1º Fica RETIFICADO o item 3 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração dos subitens 3.1.2, 3.1.6 e 3.1.10, passando a conter a seguinte redação:

3.1.2 ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo dos direitos políticos nos termos do art. 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil; estar em gozo dos direitos políticos;

3.1.6 ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse de matrícula no Curso de Formação;

3.1.10 comprovar, ao tempo da posse, os requisitos exigidos para o cargo (diploma ou certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no mínimo, categoria "B");

Art. 2º Fica RETIFICADO o item 6 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração do subitem 6.3, passando a conter a seguinte redação:



6.3 São consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o artigo 3º da Lei Estadual nº 14.715, de 04 de fevereiro de 2004, as que se enquadram nas categorias de I a IV V a seguir:

V - Transtorno do Espectro Autista, nos termos da Lei Estadual n. 19.075/2015.

Art. 3º Fica RETIFICADO o item 9 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração das Tabelas 9.1 e 9.2, e subitem 9.2, passando a conter a seguinte redação:

TABELA 9.1

NÍVEL SUPERIOR									
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER		
- Agente de Polícia Civil da 3ª Classe - Escrivão de Polícia da 3ª Classe	1ª	Prova Objetiva	Conhecimentos Gerais						Eliminatório e Classificatório
			Língua Portuguesa	10	0,4	04			
			Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e Econômica do Estado de Goiás	04	0,4	1,6			
			Raciocínio Lógico	05	0,4	02			
			Conhecimentos Específicos						
			Noções de Direito Administrativo	06	0,4	2,4			
			Noções de Direito Constitucional	07	0,4	2,8			
			Noções de Direito Penal	11	0,4	4,4			
			Noções de Direito Processual Penal	11	0,4	4,4			
			Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial	11	0,4	4,4			
			Noções de Criminalística	05	0,4	02			
			Noções de Medicina Legal	05	0,4	02			

 Estado de Goiás Imprensa Oficial do Estado de Goiás	 Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz CEP: 74.860-270 - Goiânia - Goiás Fones: 3201-7663 / 3201-7639 / 99220-1032 www.abc.go.gov.br	Diretoria Reginaldo Alves da Nóbrega Júnior Presidente Rafael dos Santos Vasconcelos Diretor de Telerradiodifusão, Imprensa Oficial e Site Luiz Fernando Dibe Diretor de Gestão Integrada Previsto Custódio dos Santos Gerente de Imprensa Oficial e Mídias Digitais
---	--	---

		Noções de Legislação Estadual	05	0,4	02	
	TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS		80	---	32	
2ª	Discursiva	De acordo com o item 12	01	32	32	
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		-----	-----	64	
3ª	Avaliação de Aptidão Física		De acordo com o item 13		-----	Eliminatório
4ª	Avaliação Médica		De acordo com o item 14		-----	Eliminatório
5ª	Avaliação Psicológica		De acordo com o item 15		-----	Eliminatório
6ª	Avaliação da Vida Progressiva e Investigação Social		De acordo com o item 16		-----	Eliminatório
7ª	Curso de Formação		De acordo com o item 17		36	Eliminatório e Classificatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				100	-----

TABELA 9.2

NÍVEL SUPERIOR										
CARGO	FASE	TIPO DE PROVA	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO (PONTOS)	VALOR TOTAL (PONTOS)	CARÁTER			
Papiloscopista Policial de da 3ª Classe	1ª	Prova objetiva	Conhecimentos Gerais					Eliminatório e Classificatório		
			Língua Portuguesa	10	0,4	3,6				
			Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e Econômica do Estado de Goiás	04	0,4	1,6				
			Raciocínio Lógico	05	0,4	02				
			Conhecimentos Específicos							
			Noções de Direito Administrativo	06	0,4	2,4				
			Noções de Direito Constitucional	07	0,4	3,2				
			Noções de Direito Penal	11	0,4	4,4				
			Noções de Processual Penal	11	0,4	04				
			Noções de Criminalística	05	0,4	02				
			Noções de Medicina Legal	05	0,4	02				
			Noções de Legislação Estadual	05	0,4	2,4				
			Noções de Identificação	05	0,4	02				
			Arquivologia	03	0,4	1,2				
			Química, Física e Biologia	03	0,4	1,2				
				TOTAL DE QUESTÕES E PONTOS		80	---		32	
			2ª	Discursiva	De acordo com o item 12	01	32		32	
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS		-----	-----	64					
3ª	Avaliação de Aptidão Física		De acordo com o item 13		-----	Eliminatório				
4ª	Avaliação Médica		De acordo com o item 14		-----	Eliminatório				
5ª	Avaliação Psicológica		De acordo com o item 15		-----	Eliminatório				
6ª	Avaliação da Vida Progressiva e Investigação Social		De acordo com o item 16		-----	Eliminatório				
7ª	Curso de Formação		De acordo com o item 17		36	Eliminatório e Classificatório				
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS				100	-----				

9.2 Os conteúdos programáticos referentes à Prova Objetiva e Prova Discursiva são os constantes do Anexo II deste Edital, legislação a ser aplicada é a vigente no momento da publicação do Edital de Abertura, divulgado na data de 26 de agosto de 2022.

Art. 4º Fica RETIFICADO o item 14 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração do subitem 14.1.1, passando a conter a seguinte redação: 14.1.1 Somente será convocado para participar desta fase do certame o candidato que obtiver a pontuação estabelecida no subitem 12.4 e for "apto" na Avaliação de Aptidão Física, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital. Os candidatos que não forem convocados para a Avaliação Médica na forma do subitem anterior estarão automaticamente eliminados do certame e não terão classificação no concurso.

Art. 5º Fica RETIFICADO o item 15 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração dos subitens 15.9, passando a conter a seguinte redação: 15.9 Será considerado inapto para admissão no Curso de Formação - CF/PCGO, o candidato que apresentar as seguintes características Para a Avaliação Psicológica serão consideradas as seguintes características:

Art. 6º Fica RETIFICADO o item 16 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração dos subitens 16.5.1, passando a conter a seguinte redação:

16.5.1 Cópia autenticada digitalizada da seguinte documentação:

Art. 7º Fica RETIFICADO o item 21 do Edital de Abertura nº 008/2022, com acréscimo do subitem 20.4.1, passando a conter a seguinte redação: 20.4.1 Os recursos contra o resultado de qualquer tipo de prova Discursiva não poderão conter nenhum tipo de identificação do candidato sob pena de não serem analisados.

Art. 8º Fica RETIFICADO o item 24 do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração do subitem 24.6.1, passando a conter a seguinte redação: 24.6.1 O resultado de cada fase não terá validade para uso outros concursos da Polícia Civil do Estado de Goiás PCGO ou de outras instituições, ressalvado o disposto no subitem 16.17 deste Edital.

Art. 9º Fica RETIFICADO o Anexo I do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração do Requisito dos cargos, passando a conter a seguinte redação:

CARGO 401: Agente de Polícia da 3ª Classe
Requisitos: Curso de Nível superior, em qualquer área e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B na posse do cargo.

CARGO 402: Escrivão de Polícia da 3ª Classe
Requisitos: Curso de Nível superior, em qualquer área e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B na posse do cargo.

CARGO 403: Papiloscopista Policial da 3ª Classe
Requisitos: Curso de Nível superior, em qualquer área e Carteira Nacional de Habilitação - Categoria B na posse do cargo.

Art. 10º Fica RETIFICADO o Anexo II do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração do conteúdo programático dos cargos de Agente de Polícia Civil 3ª Classe e Escrivão de Polícia 3ª Classe, nas áreas de conhecimento: Noções de Direito Administrativo; Noções de Direito Constitucional; Noções de Direito Penal; Noções de Direito Processual Penal e Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial; passando a conter a seguinte redação:

Noções de Direito Administrativo: 1 Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2 Natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 O silêncio no direito administrativo. 3.5 Cassação. 3.6 Revogação e anulação. 3.7 Processo administrativo (Lei estadual n.º 13.800/2001). 3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.13 Atos administrativos gerais e individuais. 3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.16 Ato administrativo inexistente. 3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.19 Vícios do ato administrativo. 3.20 Teoria dos motivos determinantes. 3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes administrativos. 4.1 Poder hierárquico. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder regulamentar. 4.4 Poder de polícia. 4.5 Uso e abuso do poder. 5 Controle e responsabilização da administração. 5.1 Controle administrativo. 5.2 Controle judicial. 5.3 Controle legislativo. 5.4 Responsabilidade civil do Estado. 6 Licitações e contratos administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021. 7 Improbidade administrativa. 8 Agentes Públicos: disposições constitucionais referentes aos servidores públicos. 8.1 Lei Estadual nº 20.756/2020. 9 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Noções de Direito Constitucional: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Constituição: conceito; classificação; histórico e elementos. 1.3 Poder Constituinte. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, remédios constitucionais. 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Segurança pública. 10.2 Organização da segurança pública. 11 Ordem social. 11.1 Base e objetivos da ordem social. 11.2 Seguridade social. 11.3 Meio ambiente. 11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio. 12 Direitos humanos na Constituição Federal. 12.1 Política Nacional de Direitos Humanos. 12.2 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. 13 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Noções de Direito Penal: 1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 Lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Contagem de prazo. 1.7 Interpretação da lei penal. 1.8 Analogia. 1.9 Irretroatividade da lei penal. 1.10 Lei penal em branco. 1.11 Princípios aplicáveis ao direito penal. 2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. 2.1 Classificação dos crimes. 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Concurso de crimes. 3.3 Ilícitude e causas de exclusão. 3.4 Punibilidade. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão). 3.7 Erro de tipo e erro de proibição. 3.8 Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível. 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. 11 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. 12 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Noções de Direito Processual Penal: 1 Inquérito policial. 1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notícia criminis, delatito criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado. 1.2 Conclusão, prazos. 1.3 Presidência, arquivamento e trancamento do inquérito policial. 1.4 Acordo de não persecução penal. 2 Prova. 2.1 Exame do corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral. 2.2 Interrogatório do acusado. 2.3 Confissão. 2.4 Qualificação e oitiva do ofendido. 2.5 Testemunhas. 2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas. 2.7 Acareação. 2.8 Documentos de prova. 2.9 Índícios. 2.10 Busca e apreensão. 3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante. 3.2 Prisão preventiva. 3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011. 3.5 Liberdade provisória, fiança e medidas cautelares diversas da prisão. 4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. 5 Princípios aplicáveis ao processo penal. 6 Sistemas de processo penal. 7 Ação penal. 8 Competência. 9 Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo. 10 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 11 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Noções de Legislação Penal e Processual Penal Especial: 1. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003); 2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990); 3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989); 4. Definição dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997); 5. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 6. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 7. Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013); 8. Interceptações telefônicas (Lei nº 9.296/1996); 9. Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); 10. Lei de execução penal (Lei nº 7.210/1984); 11. Juizados Especiais Cíveis e Criminais



(Lei nº 9.099 /1995); 12. Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo (Lei nº 8.137/1990); 13. Lei Maria da Penha - Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006); 14. Crimes previstos na (Lei nº 11.343/2006); 15. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990); 16. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941); 17. Crimes previstos na (Lei nº 9.605/1998); 18. Lei nº 8.429/1992 (Improbidade administrativa); 19. Lei nº 12.037/2009 (identificação criminal); 20. Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade); 21. Lei nº 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); 22. Lei nº 14.344/2022 - Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e ao Adolescente. 23 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Art. 11º Fica RETIFICADO o Anexo II do Edital de Abertura nº 006/2022, com alteração do conteúdo programático do cargo de Papiloscopista Policial 3ª Classe, nas áreas de conhecimento: Noções de Direito Administrativo; Noções de Direito Constitucional; Noções de Direito Penal; Noções de Direito Processual Penal e Química, Física e Biologia, passando a conter a seguinte redação:

Noções de Direito Administrativo: 1 Estado, Governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização. 1.2 Natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Atos administrativos. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Atos administrativos em espécie. 3.4 O silêncio no direito administrativo. 3.5 Cassação. 3.6 Revogação e anulação. 3.7 Processo administrativo (Lei estadual nº 13.800/2001). 3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 3.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 3.13 Atos administrativos gerais e individuais. 3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 3.16 Ato administrativo inexistente. 3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 3.19 Vícios do ato administrativo. 3.20 Teoria dos motivos determinantes. 3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo. 4 Poderes administrativos. 4.1 Poder hierárquico. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder regulamentar. 4.4 Poder de polícia. 4.5 Uso e abuso do poder. 5 Controle e responsabilização da administração. 5.1 Controle administrativo. 5.2 Controle judicial. 5.3 Controle legislativo. 5.4 Responsabilidade civil do Estado. 6 Lei nº 8.429/1992 (improbidade administrativa). 7 Licitações e contratos administrativos: Lei Federal nº 14.133/2021. 8 Agentes Públicos: disposições constitucionais referentes aos servidores públicos. 8.1 Lei Estadual nº 20.756/2020. 9 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Noções de Direito Constitucional: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 1.2 Constituição: conceito; classificação; histórico e elementos. 1.3 Poder Constituinte. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos, remédios constitucionais. 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7 Poder legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 8 Poder judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do poder judiciário. 9 Funções essenciais à Justiça. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 10.1 Segurança pública. 10.2 Organização da segurança pública. 11 Ordem social. 11.1 Base e objetivos da ordem social. 11.2 Seguridade social. 11.3 Meio ambiente. 11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio. 12 Direitos humanos na Constituição Federal. 12.1 Política Nacional de Direitos Humanos. 12.2 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. 13 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Noções de Direito Penal: 1 Aplicação da lei penal. 1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade. 1.2 Lei penal no tempo e no espaço. 1.3 Tempo e lugar do crime. 1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária. 1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 1.6 Contagem de prazo. 1.7 Interpretação da lei penal. 1.8 Analogia. 1.9 Irretroatividade da lei penal. 1.10 Lei penal em branco. 1.11 Princípios aplicáveis ao direito penal. 2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. 2.1 Classificação dos crimes. 3 O fato típico e seus elementos. 3.1 Crime consumado e tentado. 3.2 Concurso de crimes. 3.3 Ilícitude e causas de exclusão. 3.4 Punibilidade. 3.5 Excesso punível. 3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão). 3.7. Erro de tipo e erro de proibição. 3.8 Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível. 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Crimes contra a pessoa. 7 Crimes contra o patrimônio. 8 Crimes contra a dignidade sexual. 9 Crimes contra a fé pública. 10 Crimes contra a administração pública. 11 Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003); 12 Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990); 13 Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989); 14 Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997); 15 Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); 16 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003); 17 Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997); 18 Lei Maria da Penha - Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006); 19 Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de drogas); 20. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/1990); 21 Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941); 22 Crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente); 23 Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade). 24. Lei nº 14.344/2022 - Violência Doméstica e Familiar contra a Criança e o Adolescente. 25 Lei nº 13.431/2017 (Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); 26 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. 27 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Noções de Direito Processual Penal: 1 Inquérito policial. 1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notícia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado. 1.2 Conclusão, prazos. 1.3 Presidência, arquivamento e trancamento do inquérito policial. 1.4 Acordo de não persecução penal. 2 Prova. 2.1 Exame do corpo de delito, cadeia de custódia e perícias em geral. 2.2 Interrogatório do acusado. 2.3 Confissão. 2.4 Qualificação e oitiva do ofendido. 2.5 Testemunhas. 2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas. 2.7 Acareação. 2.8 Documentos de prova. 2.9 Índicios. 2.10 Busca e apreensão. 3 Restrição de liberdade. 3.1 Prisão em flagrante. 3.2 Prisão preventiva. 3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011. 3.5 Liberdade provisória, fiança e medidas cautelares diversas da prisão. 4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. 5 Juizados Especiais Criminais (Capítulo III da Lei nº 9.099 /1995). 6 Princípios aplicáveis ao processo penal. 7 Sistemas de processo penal. 8 Ação penal. 9 Competência. 10 Processo criminal de crimes comuns: procedimento comum ordinário e sumário. 11 Nulidades, recursos e ações autônomas de impugnação. 12 Súmulas, jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e legislação relacionada com os temas.

Química, Física e Biologia: QUÍMICA: 1 Classificação dos materiais. 2 Teoria atômico-molecular. 3 Classificação periódica dos elementos químicos. 4 Radioatividade. 5 Interações químicas. 6 Misturas, soluções e propriedades coligativas. 7 Métodos de separação de misturas. 8 Funções químicas inorgânicas. 9 Gases. 10 Propriedades dos sólidos. 11 Estequiometria. 12 Termoquímica. 13 Cinética química. 14 Equilíbrio químico. 13 Eletroquímica. 14 Química orgânica: estrutura, nomenclatura e propriedades físicas e químicas de compostos orgânicos. FÍSICA: 1 Oscilações e ondas: movimento harmônico simples; energia no movimento harmônico simples; ondas em uma corda; energia transmitida pelas ondas; ondas estacionárias; equação de onda. 2 Eletricidade: carga elétrica; condutores e isolantes; campo elétrico; potencial elétrico; corrente elétrica; resistores; capacitores; circuitos elétricos. 3 Óptica: óptica geométrica; reflexão; refração; polarização; interferência. 4 Espectroscopias de absorção e de emissão molecular (fluorescência). BIOLOGIA: 1 Citologia. 1.1 Composição química da matéria viva. 1.2 Organização celular das células eucarióticas. 1.3 Estrutura e função dos componentes citoplasmáticos. 1.4 Membrana celular. 1.5 Núcleo. 1.5.1 Estrutura, componentes e funções. 1.5.2 Divisão celular (mitose e meiose, e suas fases). 1.6 Citoesqueleto e movimento celular. 2 Bioquímica. 2.1 Processos de obtenção de energia na célula. 2.2 Principais vias metabólicas. 2.3 Regulação metabólica. 2.4 Metabolismo e regulação da utilização de energia. 2.5



Proteínas e enzimas. 3 Embriologia. 3.1 Gametogênese. 3.2 Fecundação, segmentação e gastrulação. 3.3 Organogênese. 3.4 Anexos embrionários. 3.5 Desenvolvimento embrionário humano. 4 Genética. 4.1 Primeira lei de Mendel. 4.2 Probabilidade genética. 4.3 Árvore genealógica. 4.4 Genes letais. 4.5 Herança sem dominância. 4.6 Segunda lei de Mendel. 4.7 Alelos múltiplos: grupos sanguíneos dos sistemas ABO, Rh e MN. 4.8 Determinação do sexo. 4.9 Herança dos cromossomos sexuais. 4.10 Doenças genéticas. 5. Histologia.

Art. 12º Este termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Bruno Magalhães D'Abadia
Secretário de Estado da Administração

Protocolo 331779

PORTARIA Nº 1567, de 21 de setembro de 2022

Instaura Tomada de Contas Especial a fim de apurar irregularidades no Convênio nº 087/2004, celebrado entre o Estado de Goiás, via antiga Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, e o município de Alto Paraíso/GO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 9.583, de 18 de dezembro de 2019, considerando o que preceitua a Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 -Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE, e o que dispõe os arts. 6º e 8º da Resolução Normativa nº 16/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial - TCE, com a finalidade de apurar as irregularidades constatadas na execução do Convênio nº 087/2004, celebrados entre o Estado de Goiás, por intermédio da antiga Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás - SEPLAN, e o município de Alto Paraíso/GO, conforme consta dos autos do Processo nº 200400005001679.

Art. 2º Os trabalhos serão desempenhados pela Comissão de Tomada de Contas Especial desta Pasta, nomeada pela Portaria nº 740, de 12 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.797, de 16 de maio de 2022.

Art. 3º A Comissão ficará desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários e pertinentes ao desempenho de suas funções.

Art. 4º Os membros da Comissão desenvolverão os trabalhos sem prejuízo de suas atribuições rotineiras e conforme for deliberado pela Presidente da mesma.

Art. 5º Fica concedido o prazo de 90 (noventa) para a conclusão dos trabalhos e envio dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contar da data da instauração da TCE.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA
Secretário de Estado da Administração

Protocolo 331746

PORTARIA Nº 1046, de 21 de junho de 2022

Instaura Tomada de Contas Especial a fim de apurar irregularidades nos Convênios nº 044/2004 e nº 010/2003, celebrados entre o Estado de Goiás, via antiga Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, e o município de Trindade/GO.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 9.583, de 18 de dezembro de 2019, considerando o que preceitua a Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 -Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE, e o que dispõe os arts. 6º e 8º da Resolução Normativa nº 16/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, resolve:

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial - TCE, com a finalidade de apurar as irregularidades constatadas na execução dos Convênios nº 044/2004 e nº 010/2003, celebrados entre o Estado de Goiás, por intermédio da antiga Secretaria do Planejamento e

Desenvolvimento do Estado de Goiás - SEPLAN, e o município de Trindade/GO, conforme consta dos autos dos Processos SEI nº 200400005000767 e 200300005000477, respectivamente.

Art. 2º Os trabalhos serão desempenhados pela Comissão de Tomada de Contas Especial desta Pasta, nomeada pela Portaria nº 740, de 12 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 23.797, de 16 de maio de 2022.

Art. 3º A Comissão ficará desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários e pertinentes ao desempenho de suas funções.

Art. 4º Os membros da Comissão desenvolverão os trabalhos sem prejuízo de suas atribuições rotineiras e conforme for deliberado pela Presidente da mesma.

Art. 5º Fica concedido o prazo de 90 (noventa) para a conclusão dos trabalhos e envio dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contar da data da instauração da TCE.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA
Secretário de Estado da Administração

Protocolo 331756

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2021

Processo: 202100005019808

Contratante: Secretaria de Estado da Administração - SEAD

Contratado: CONSENTO CONSULTORIA DE ENGENHARIA, SERVIÇOS E OBRAS LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.302.356/0001-42

Objeto: a) alteração de erro material na quantidade de m² do item 13 - Projeto de Paisagismo, que passa de 810 m² para 9.317 m²; b) acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no valor total da contratação; c) indicação dos recursos orçamentários e financeiros para fazer face a despesa.

Valor Total: R\$149.956,16 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos).

Data da assinatura: 22/09/2022

Assina pela SEAD: Bruno Magalhães D'Abadia

Assinada pela Contratada: Letícia Marques de Castro Andrade

Protocolo 331848

Errata da publicação do dia 22 de setembro de 2022, do Diário Oficial/GO nº 23.886, página 2, Protocolo 331848.

ONDE LÊ-SE: Valor Total: R\$ 288.844,61 (duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos

e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavos)

LEIA-SE: Valor Total: R\$1.468.844,61 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

FERNANDO DE CASTRO FAGUNDES
Superintendente de Gestão Integrada/SGI
Secretaria de Estado da Administração/SEAD

Protocolo 331849

Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

PORTARIA Nº 599, de 22 de setembro de 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 34 da Lei nº 20.491/2019 e, ainda, na Lei nº 20.776/2020, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para compor o Grupo Técnico de Trabalho para realização da migração do datacenter da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA, sem prejuízo de suas atribuições em seus respectivos órgãos:

- Pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação: Luciano de Oliveira Costa, Gestor de Tecnologia da Informação, inscrito sob o CPF nº ***061721**, e Diego de Medeiros,